

EDITORIAL

Este número da Revista Scias. Direitos Humanos e Educação marca o início do trabalho da nova equipe editorial do periódico, assumido, em 2026, pelo Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (NEPEJA/FaE/UEMG). Agradecemos todo o empenho da equipe anterior, especialmente à professora Aline Choucair Vaz, por sua dedicação à promoção da qualidade e consolidação da Revista.

As onze produções reunidas neste número revelam a interdisciplinaridade presente nos trabalhos que articulam Direitos Humanos e Educação, visto que, a partir de diferentes abordagens teórico-metodológicas e lentes analíticas, os artigos nos levam a refletir sobre os desafios postos à garantia dos direitos sociais e das políticas públicas educacionais, sobretudo diante de políticas neoliberais e das disputas com setores privatistas, neoconservadores e marcados por discursos religiosos fundamentalistas. Desse modo, oferecemos ao leitor um conjunto de textos que aborda essas disputas, seja no artigo que analisa as estratégias “(des)educativas” e comunicacionais da organização cristã Legendários, pautadas por ações que visam à reprodução da masculinidade hegemônica; seja nos artigos que analisam os avanços e retrocessos das políticas educacionais, especialmente em relação aos aspectos normativos da política da educação especial inclusiva no Brasil e da importância do financiamento público para a garantia do direito à educação.

A lente teórica da interseccionalidade de raça, gênero e colonialidade é utilizada no trabalho que analisa a articulação entre Educação Popular Negra e Cursos Pré-vestibulares Populares nas produções da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); e a intersecção entre racismo e sexismo é refletida na pesquisa sobre a hierarquização de gênero e raça presente na ocupação dos espaços de um curso técnico da cidade de Contagem, Minas Gerais.

De modo geral, os trabalhos reconhecem tanto os processos de desumanização presentes na instituição escolar quanto o seu potencial transformador. Nessa perspectiva, apresenta-se a pesquisa sobre as potencialidades da EJA como território de direitos humanos, resistência e (re)existência de pessoas trans e travestis. Na mesma vertente, um dos estudos analisa como um trabalho centrado na arte é capaz

de transformar a socioeducação em espaço de expressões de resistência e de reexistência das juventudes periféricas no Sistema Socioeducativo de Goiás.

As reflexões teóricas de Paulo Freire sobre EJA e Educação Popular estão presentes nos trabalhos apresentados anteriormente e se apresentam de forma contundente em dois artigos sobre a educação em espaços não escolares. Um aborda as contribuições de Freire para a compreensão das interações entre pesquisadoras(es) e participantes no campo da pesquisa no Programa CEVAE — Centro de Vivência Agroecológica, em Belo Horizonte. O outro artigo trata da articulação entre Educação Permanente em Saúde (EPS) e Direitos Humanos, por meio do uso do Diamante Ético de Herrera Flores como ferramenta analítica para compreender as tensões entre as dimensões materiais e conceituais do cotidiano no Sistema Único de Saúde (SUS). Este trabalho utiliza a categoria “saber de experiência” para reforçar o reconhecimento e a validação dos saberes da prática profissional dos trabalhadores da saúde.

Em outra direção, encontram-se dois trabalhos voltados à Educação em Direitos Humanos na educação básica por meio da literatura. Um deles aborda a importância da leitura literária como ferramenta de promoção da cidadania e do enfrentamento do preconceito em uma turma do 9º ano de uma escola pública municipal de Afogados da Ingazeira, em Pernambuco, a partir do uso da literatura nordestina e amazônica. O outro reflete sobre o uso de uma ferramenta de Inteligência Artificial (IA) para a produção de material de leitura, destinado à Educação Infantil, intitulado “O bosque mágico dos segredos e das brincadeiras!” para elucidar a diferença entre Dados Abertos e Dados Sensíveis, com vistas a contribuir para a educação em direitos humanos e a cidadania digital na primeira infância.

A diversidade de temáticas abordadas neste número é um convite à ampliação do olhar sobre a Educação em Direitos Humanos, campo profícuo para pesquisas e intervenções práticas e políticas, mas também repleto de disputas. Trata-se de um campo permeado por lutas constantes contra a desumanização, pelo enfrentamento ao racismo e ao sexismo e pela busca por uma educação libertadora e inclusiva.

Evely Cristine Pereira de Aquino

Editora-chefe.